

● **Constituinte**

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Ministro acredita que querem atrasar votação e prejudicar Sarney

O ministro do Interior, João Alves, denunciou ontem a existência na Constituinte de um boicote na votação do mandato do presidente Sarney por parte de "pessoas interessadas em prejudicar a sua viagem à ONU (Organização das Nações Unidas)", no próximo domingo. João Alves não identificou os "elementos radicais" que estariam promovendo o boicote, mas considerou o fato uma "mesquinhez", em se tratando de um ato de políticos "teoricamente de responsabilidade".

João Alves explica o fato como "a única maneira encontrada pelos derrotados", já que considera "líquida e certa" a aprovação dos cinco anos por 350 votos, "de tumultuar o processo da Constituinte, pois não querem reconhecer a

sua derrota. O presidente tem a maioria esmagadora".

João Alves lembrou que a ação dos que querem atrasar a promulgação da nova Carta prejudica toda a Nação. "Toda a população aguarda ansiosa a nova Carta. Quanto mais deremos velocidade aos trabalhos, sem que se prejudique a qualidade, mais rápido teremos a nova Carta", acentuou João Alves.

"O boicote está sendo feito antidemocrática e intencionalmente", criticou o ministro, logo após receber em audiência o governador do Paraná, Alvaro Dias. Essa visita, segundo o ministro, não tratou da questão dos cinco anos, mas de problemas regionais como a Sudesul (Superintendência de Desenvolvimento do Sul) e erosões no Paraná.

"Centrão" prepara suas emendas para o 2º turno

Faltando pouco para encerrar a primeira votação do novo texto constitucional, o grupo do "Centrão" já começa a trabalhar nas emendas supressivas para o segundo turno. O deputado Ricardo Fiúza, principal coordenador do grupo, revelou ontem que dentro de 48 horas terá o texto de todas as emendas que pretende apresentar visando reduzir a intervenção do Estado na economia.

Segundo a EBN, ele negou que o "Centrão" deseje alterar substancialmente os direitos dos trabalhadores já aprovados, mas confirmou que em dois aspectos pelo menos quer interferir: acabar com a jorna-

da de seis horas, porque entende que ela prejudica o operário e também com o que chama de "bobagem da licença paternidade".

Fiúza comentou que embora representem encargos adicionais para as empresas, algumas das vantagens oferecidas ao trabalhador acabarão obrigando ao aumento da produtividade, compensando assim o crescimento das folhas de salários. O deputado revelou que quer acabar com o tabelamento dos juros e mexer no que está aprovado quanto ao direito de greve mas, fundamentalmente, não quer o Estado interferindo na economia.

Deputado afirma que 5 anos têm 285 votos

O deputado Gilson Machado, encarregado pela liderança do governo na mobilização dos cincoanistas, revelou na noite de ontem, segundo a EBN, que tem em Brasília mais de 285 constituintes para aprovar o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Outros 32 estarão chegando à cidade na manhã de hoje.

Para a mobilização, a liderança do governo não só cedeu salas, como funcionários, além de conseguir esse tipo de infra-estrutura nos ministérios e nas suas assessorias parlamentares sediadas na Câmara. Gilson Machado tem ligado pessoalmente para todos e, junto com Daso Coimbra, confere pessoalmente as listas de presença.

MINERAÇÃO

Consultor de empresas diz não temer retaliações

por Sérgio Danilo do Rio

"Não se deve esperar nenhuma reação contrária de imediato das companhias mineradoras estrangeiras, com suas subsidiárias no Brasil e de grupos mineradores no exterior em relação à nova lei do subsolo, aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte. Com as propostas de conversão da dívida externa e dos leilões em processo de realização, aumentou a procura de informações sobre o subsolo brasileiro", disse, no Rio, o consultor de empresas estrangeiras de mineração e ex-diretor técnico da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais, Edson Suzinski.

O novo texto que restringe a participação do capital estrangeiro na exploração mineral teve como consequência, disse o empresário, retardar a exploração de diversas substâncias minerais, condenando-as a se transformar em um aglomerado de produtos que jamais serão extraídos por absoluta falta de valor econômico no futuro, já que os minerais da terceira onda (quartzo, nióbio, titânio, minerais cerâmicos) vão substituir as matérias-primas tradicionais, que a Constituinte aprovou, reservando a brasileiros e empresas de capital nacional o direito de pesquisa e lavra de minérios.

linha de crédito mineral para as pequenas e médias empresas. Mas essa opção acabou."

UM ATRASO NO SETOR

"Há um atraso no setor mineral brasileiro nas pesquisas e na exploração mineral: faltam investimentos e tecnologia especializada. O Brasil pós-moderno herda uma mentalidade tacanha, faltando no momento uma política mineral coerente com as promissoras descobertas de novos minerais no Brasil", disse Suzinski. O Brasil de hoje cresce demograficamente e diminui, segundo o geólogo, o consumo per capita de sua produção mineral. "No ano passado, o valor da produção mineral foi de US\$9 bilhões e poderia ter sido de US\$ 20 bilhões, e agora, com as restrições ao capital externo, haverá novas quedas de produção por falta de pesquisa e investimentos. Por sua vez, o mercado nacional não reserva um grande consumo para os bens minerais", disse o geólogo.

Por causa da má distribuição de renda, dos baixos salários, da proletarização da classe média, o consumo "per capita" de produtos minerais vem caindo. As populações das grandes cidades usam folhas de lata, madeira e papelão para construir suas moradias, em vez de areia e argila. A água, que é o primeiro produto mineral, tem um consumo "per capita" de 20 litros, quando deveria ser de 50 litros. Há pouca comercialização do alumínio, de produtos cerâmicos, copos de vidro, utensílios à base de ferro, devido à escassez do poder de compra do cidadão brasileiro. E preciso que a Constituinte veja essas mazelas e vote leis para a melhora da distribuição de renda e outras que aumentem a exportação de produtos de maior valor agregado com participação estrangeira", disse. "As televisões, os computadores e os automóveis e caminhões fabricados no Brasil e exportados, também, levam componentes minerais produzidos aqui."

Mailson diz que anistia pode custar até 3 bilhões de dólares

por Maria Helena Tachinardi de Brasília

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, previu ontem que, se a Assembleia Nacional Constituinte aprovar a anistia aos pequenos e médios empresários, o Tesouro terá de arcar com gastos de US\$2 bilhões a US\$3 bilhões. "Quebrarão os bancos, ou o Tesouro, que teria que suprir a perda dos bancos, que em geral estão sediados nas regiões menos desenvolvidas. O prejuízo vai ser da sociedade brasileira. A perda do Tesouro seria seis vezes o orçamento do Ministério da Saúde", declarou ontem o ministro, na 11ª Reunião Plenária do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, ao falar sobre as perspectivas para a economia brasileira.

Nóbrega foi instigado pelos empresários a responder sobre os conflitos entre a posição do governo de abertura econômica e certas medidas contrárias aos interesses empresariais que o Congresso Constituinte poderá adotar, como o tabelamento de juros reais ao nível de 12% ao ano, a Lei de Greve e o turno de seis horas em vez das oito horas atuais. O ministro procurou tranquilizar os empresários comentando que "o impasse não é tão grande" que o texto ainda não é definitivo e poderá ser alterado no segundo turno. Na opinião de alguns parlamentares, porém, dificilmente isso ocorrerá. Foi o que disseram ontem de manhã os deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Francisco Dornelles (PFL-RJ), e o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), que fizeram uma exposição sobre "A nova Constituição brasileira e seu impacto na atividade econômica do setor privado". Fiúza e Passarinho concordaram em

que o tabelamento dos juros pode ser alterado, mas dificilmente suprimido o turno de seis horas.

"LOBBY" DA CNI

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), segundo seu presidente, Albano Franco, está fazendo um trabalho junto aos constituintes, principalmente Ulysses Guimarães e Mário Covas, ambos do PMDB. A CNI gostaria de mudar algumas expressões no texto sobre a Lei de Greve porque, como está, "passa a ser selvagem, de solidariedade e até política".

Sobre o turno de seis horas, a entidade quer a sua supressão. O ministro da Fazenda disse que "não devemos condenar os trabalhadores da Constituinte", e ressaltou os seus aspectos positivos: o novo sistema tributário e a nova política orçamentária. Criticou, no entanto, o fato de que, no capítulo sobre a Ordem Econômica e Social, dos nove princípios, o primeiro seja consagrado à soberania e não ao emprego, que está em oitavo lugar.

O presidente da CNI, falando sobre a anistia aos pequenos e médios empresários que se endividaram durante o Plano Cruzado, disse que, se o projeto de lei do senador Mansueto de Lavor for aperfeiçoado, a entidade poderá até aceitá-lo.

O deputado José Serra (PMDB-SP), representando o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, salientou alguns avanços que a nova Constituição terá: o fim do decreto-lei e o fortalecimento dos tribunais de contas, que terão o controle prévio e não "a posteriori" do orçamento do governo. Ainda sobre essa questão, explicou que de agora em diante o governo terá de submeter ao Congresso o orçamento fiscal

ampliado, o orçamento sobre a previdência e a assistência social e o das empresas estatais.

O presidente da seção norte-americana do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, Paul Orefice, acredita que a Constituinte é o fator que atualmente mais preocupa os empresários norte-americanos. No entanto, conforme explicou, o fato de o governo estar normalizando suas relações com a comunidade financeira internacional e de ter instituído uma nova política industrial já está contribuindo para a volta dos investimentos estrangeiros. "No segundo semestre, eles deverão aumentar", disse, negando que esteja havendo desinvestimentos de empresas norte-americanas no País.

Sobre a preferência dada por empresas dos EUA a países do Sudeste Asiático, afirmou que realmente existem mais facilidades para o capital estrangeiro em alguns daqueles países, mas salientou que a Coreia, por exemplo, é mais protectionista que o Brasil.

Lembrou que o melhor país para o capital estrangeiro, hoje, são os Estados Unidos, onde o investimento não tem nacionalidade.

DISCURSO

O vice-presidente da CNI, Luis Eulalio de Bueno Vidigal Filho, em seu discurso na abertura da 11ª Reunião Plenária do Conselho Empresarial Brasil-EUA, disse que "a intenção do empresariado é a de, efetivamente, lutar para integrar a economia brasileira na economia internacional, nesse quadro de intensa reorganização dos sistemas econômicos mundiais. Não podemos permanecer como uma ilha cercada de xenofobismos, nem passar um atestado de incapacidade, alienação e desatualização", afirmou.

Ele encorajou os empresários dos EUA a investir no Brasil: "O País é uma das melhores oportunidades para investimento, pois sua grande extensão territorial, suas riquezas minerais, sua fortaleza agrícola, lhe garantem a permanência temporal entre as grandes potências emergentes".

ORDEM SOCIAL

Lideranças fecham acordo sobre capítulo referente aos índios

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

As lideranças partidárias fecharam ontem um texto final sobre o capítulo do projeto constitucional referente aos índios. A proposta, no entanto, só será votada hoje. As negociações do capítulo, último do Título VIII, que trata da Ordem Social, estenderam-se durante toda a tarde, impossibilitando qualquer votação.

O acordo reconhece o direito dos índios à posse das terras que tradicionalmente ocupam e caberá à União demarcá-las. Essas áreas não poderão ser ocupadas ou ter suas riquezas naturais do solo, fluviais e lacustres exploradas. Se tais atos ocorrerem, serão nulos e extintos e não produzirão nenhum efeito jurídico. A nulidade e extinção não darão direito a ações ou pedidos de indenização contra a União. A única exceção refere-se às benfeitorias feitas quando da ocupação de boa-fé, segundo dispuser a lei.

Pelo acordo, também ficou decidido que as áreas indígenas atualmente ocupadas pela exploração mineral deverão ser desocupadas. Não foram estipula-

dos no texto o prazo e a forma pela qual mineradoras e garimpeiros serão retirados.

Os índios não poderão ser removidos das terras que tradicionalmente ocupam a não ser em casos de catástrofes ou epidemias que ponham em risco sua população. Essa decisão deverá ser referendada pelo Congresso Nacional. Também caberá ao Congresso deliberar sobre a remoção nos casos de interesse da soberania nacional. Essa questão foi longamente debatida entre os negociadores.

O texto original disponha que a remoção só se daria em caso de catástrofe ou epidemia. A inclusão das expressões "interesse nacional" ou "soberania nacional" era vista com reservas, pois poderiam dar margem à remoção devido à necessidade de construir aeroportos ou estradas nas terras indígenas. Um exemplo é o projeto Calha Norte, do Exército, que delimita fronteiras da região Amazônica com países limítrofes. A permissão da remoção dos índios nos casos de interesse da soberania nacional foi aceita porque coube ao Congresso a decisão final sobre a questão.

Bancada da Paraíba já se definiu, diz Burity

O governador da Paraíba, Tarcísio Burity, declarou ontem que não tem nenhuma dúvida de que a Assembleia Nacional Constituinte irá aprovar os cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, caso contrário os constituintes irão de encontro à Constituição em vigor que não permite a redução do mandato do presidente. Quanto à prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos, o governador afirmou, segundo a EBN, que é contra, porque também fere o

princípio constitucional que estabelece eleições para este ano.

Burity, que viaja hoje a Brasília para acompanhar a votação relativa ao mandato do presidente José Sarney, confirmou que a bancada do PMDB paraibano já tem a sua posição definida quanto ao mandato do presidente. Apenas dois deputados (Antonio Mariz e Cassio Cunha Lima) votarão pelos quatro anos, enquanto os demais são favoráveis aos cinco anos para o presidente.

FAÇA A SUA ASSINATURA AGORA MESMO.

GAZETA MERCANTIL

É só discar **255-8788**

Na Grande São Paulo **(011) 800-8788**

Interior e outros estados

1000 Grátis